

## A TRIBUTAÇÃO BRASILEIRA APLICADA ÀS COMPRAS INTERNACIONAIS POR PESSOA FÍSICA VIA COMÉRCIO ELETRÔNICO

Tamara de Simas Novais<sup>1</sup>

João Thiago Fillus<sup>2</sup>

### Resumo

O comércio eletrônico entre fronteiras emergiu para as pessoas físicas como uma forma atrativa de realizar compras internacionais sem precisar se deslocar geograficamente. Com isso, tais pessoas passaram a procurar entender a legislação a qual se submetem ao realizar esse tipo de compra, principalmente, no tocante aos tributos a serem pagos ou na existência de possíveis isenções tributárias. Nesse ponto, reside um dos objetivos específicos deste estudo, ou seja, o apontamento da legislação tributária que ampara a importação por pessoa física. Conforme visto, as regras pertinentes às importações por pessoas físicas encontram-se dispersas em várias normas jurídicas como decretos, portarias e instruções normativas. As compras internacionais por pessoas físicas, realizadas via *e-commerce* ingressam no Brasil mais comumente na forma de remessas, sob a modalidade de Remessa Postal ou Expressa. Ambas as modalidades foram relatadas nesta pesquisa, onde foi possível observar que elas possuem diferenças notáveis como a forma de transporte e pagamento dos tributos, mas também possuem similaridades como o regime de tributação que lhes é aplicável. Dentre as isenções pertinentes às compras internacionais via Remessa Postal, cita-se a compra de medicamentos, *softwares* e as aquisições de mercadorias de até US\$ 50,00, cujo remetente e destinatário sejam pessoas físicas. Esta última isenção, ao final desta pesquisa, pôde ser avaliada do ponto de vista jurídico e identificou-se que se trata de uma antinomia, onde o valor da isenção praticado pela RFB deveria ser de US\$ 100,00, sem restrições quanto ao remetente. Explanar sobre essa antinomia existente entre as normas jurídicas que fundamentam o limite da isenção aplicado a esse tipo de importação foi outro objetivo específico do presente estudo, que teve como objetivo geral apresentar a tributação brasileira aplicada às compras internacionais por pessoa física comércio eletrônico no Brasil, seu regimento legal, formas de importação e impactos sobre a economia brasileira.

Palavras-chave: Pessoa Física. Comércio Eletrônico. Regime de Tributação Simplificada. Remessa Postal Internacional. Remessa Expressa Internacional.

1 Graduanda no Curso de Comércio Exterior da Universidade do Vale do Itajaí – Campus Itajaí.

2 Professor Especialista do Curso de Comércio Exterior da Universidade do Vale do Itajaí – Campus Itajaí.